



Interpelação Escrita

Há dias, os serviços competentes publicaram os resultados da prova escrita relativa ao concurso centralizado para o preenchimento de sessenta e nove lugares para a categoria de técnico superior da área jurídica. Apenas 1 candidato ficou aprovado para a prova oral, sendo que 360 candidatos não conseguiram ficar aprovados na referida prova escrita. A sociedade ficou pasmada com estes resultados!

O objectivo do concurso centralizado é uniformizar os ingressos e acessos aos serviços e entidades públicas, com vista a diminuir injustiças e zonas cinzentas, assim como dar resposta às solicitações da sociedade, nomeadamente, na criação de um regime transparente e justo de contratação de trabalhadores para a função pública. O referido regime já está implementado há mais de 3 anos, contudo, existem muitas críticas, pois, para além das controvérsias existentes ao nível das perguntas e dos resultados das provas, ainda existem críticas quanto ao longo período de espera para a prestação de provas e selecção dos candidatos. Para os primeiros dois



concursos centralizados, nomeadamente, o de adjunto-técnico e técnico superior da área de informática, demorou-se entre 1 a 2 anos, desde a publicação do aviso de abertura até à afectação do pessoal aos respectivos serviços públicos. E, no que se refere ao concurso centralizado para a carreira de técnico superior da área jurídica, da publicação do aviso de abertura do referido concurso centralizado até à publicação dos resultados da prova escrita houve uma demora de mais de 6 meses. Este longo período de espera não só afecta os indivíduos que querem ingressar na função pública, como também afecta o normal funcionamento dos serviços públicos que necessitam urgentemente de pessoal para trabalhar.

Opiniões da sociedade referem que, de facto, o objectivo e os procedimentos do actual regime de recrutamento, selecção e formação, para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos, para atingir a equidade são bons, contudo nem sempre se consegue atingir o objectivo de utilizar uma pessoa talentosa num posto de trabalho adequado, pelo que muitas vezes as pessoas estão a trabalhar num serviço que não é ideal para as suas capacidades.



O regime de concurso centralizado é novo, mas já se devia ter aprendido com a experiência adquirida durante os 3 anos de implementação. Assim, deve-se rever os aspectos menos conseguidos e resolver os problemas, para que o regime possa ter os resultados desejados.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Desde a implementação do regime de concurso centralizado até ao presente momento, já se abriram 4 concursos de ingresso, de entre os quais, 2 concursos demoraram de entre 1 a 2 anos para que os candidatos fossem afectados aos respectivos serviços públicos. A divulgação dos resultados do último concurso centralizado para a categoria de técnico superior da área jurídica, onde apenas se efectuou a prova escrita, demorou 6 meses, um período muito longo, pois, para além de os candidatos estarem muito tempo à espera, também afecta o normal funcionamento dos serviços públicos. Pelo exposto, como é que os serviços competentes vão diminuir o tempo de todo o processo do



concurso centralizado?

2. O regime do concurso centralizado já está implementado há mais de 3 anos, no entanto, ouvem-se muitas críticas da sociedade. Os serviços competentes devem rever, integralmente e com a maior brevidade possível, as insuficiências existentes neste regime, melhorando todo o processo de recrutamento e selecção dos candidatos, com vista a não só atingir os objectivos de equidade como também a dar resposta às necessidades de recursos humanos dos serviços públicos. Os serviços competentes vão fazer isto?

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Lei Cheng I

16 de Outubro de 2014